

Diluindo riscos na Europa

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

É ocioso sublinhar a importância, para o Brasil, dos mercados europeus de bens, serviços e capitais. A União Europeia é o maior parceiro comercial e, de longe, o maior investidor direto no mercado brasileiro. Apesar disto, as relações bilaterais mantiveram-se algo apáticas até recentemente quando a diplomacia econômica brasileira sinalizou o desenvolvimento de relações mais profundas com Bruxelas.

A recente viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso deve ser entendida no quadro desta reorientação e culmina trabalho preparatório de grande importância. O principal fruto desta atividade diplomática brasileira é a negociação de um acordo-quadro entre a União Europeia e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) cujo desdobramento principal será a negociação comercial com o objetivo de criação de uma zona de livre comércio entre as duas uniões aduaneiras.

O estabelecimento de relações econômicas preferenciais com a União Europeia tem interesse intrínseco. Mas a justificativa maior, no médio prazo, é a busca de um contrapeso aos Estados Unidos e à ideia de integração acelerada nas Américas. Curiosamente, é o sucesso da estabilização que estimula a retomada do interesse dos EUA pelo Brasil, a segunda maior economia hemisférica.

Historicamente, o Brasil já tentou usar a aproximação com países europeus com o objetivo de compensar a influência norte-americana. O episódio mais recente, bastante ruinoso do ponto de vista financeiro e insatisfatório quanto a resultados políticos, foi a celebração do acordo nuclear com a Alemanha, em meados da década de 70.

As peculiaridades estruturais do comércio exterior entre União Europeia e Mercosul exercem papel importante no sentido de refrear entusiasmos quanto ao ritmo previsível das negociações comerciais previstas. Em contraste com os EUA, a União Europeia não é um mercado tão significativo para as exportações de manufaturas do Mercosul. É importante compradora de commodities tropicais e de agricultura temperada.

Os produtos oriundos das ex-colônias europeias, entretanto, gozam de condições preferenciais de acesso ao mercado europeu através do Acordo de Lomé. Mais importante ainda, a política agrícola comunitária não apenas bloqueia o acesso de produtos agrícolas temperados aos mercados europeus, mas estimula exportações subsidiadas competitivas com os produtores eficientes do Mercosul. Trigo, carne bovina e açúcar são especialmente atingidos. O desconforto argentino com a aproximação à União Europeia promovida pelo Brasil decorre da constatação razoável de que seus interesses comerciais são de difícil acomodação.

O que podem de fato oferecer os europeus? É esperar para ver. As relações com o Mercosul são precedidas na pauta europeia por uma longa lista de itens em negociação que inclui prioritariamente a absorção seletiva de países da Europa Central e Báltico, cuja estrutura de

exportação de manufaturados é bem semelhante à do Brasil. É difícil imaginar que o tema Mercosul possa saltar muito à frente em tão longa agenda.

A diplomacia econômica brasileira vive hoje um momento extremamente favorável. Ao contrário do que ocorreu nos anos 80 o descontrole da política econômica e a estagnação econômica não mais reduzem o poder de barganha do País. Esta liberdade de manobra vem em boa hora. É necessário manter simultaneamente a iniciativa em diversas frentes e não apenas no plano comercial.

Resolver, com sucesso, ou sem cicatrizes fundas, a questão da obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Criar as condições necessárias para que a integração hemisférica seja viabilizada de acordo com o cronograma de Miami. Tratar da ampliação do Mercosul na América do Sul e, talvez, no Atlântico Sul. Ampliar a atuação nos foros multilaterais econômicos, em especial na Organização Mundial de Comércio, estabelecendo credibilidade como parceiro ativo e engajado na defesa do multilateralismo e da aplicação da cláusula de nação mais favorecida. Desenvolver relações políticas e se possível econômicas mais profundas com outras grandes economias: China, Coreia do Sul, Índia, Rússia. A aproximação com Bruxelas terá utilidade, mas deve ser entendida, não como panaceia em um simples jogo triangular, mas como um dos diversos elementos importantes que compõem a política externa brasileira.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.